

Senado dá limite para as câmaras

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – O Senado aprovou ontem em segundo turno, por 65 votos a zero, a emenda constitucional que limita os gastos públicos com o custeio das Câmaras de Vereadores. A emenda, de autoria do governador eleito de Santa Catarina, senador Esperidião Amin (PPB-SC), limita a no máximo 3% os gastos com vereadores em cidades acima de 1 milhão de habitantes e a 8% nos municípios com menos de 10 mil moradores. Entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, o gasto máximo será de 4%; entre 100 mil e 500 mil, 5%; entre 50 mil e 100 mil, 6%; e entre 10 mil e 50 mil, 7%.

Segundo levantamento da consultoria técnica do Senado, 35% dos municípios brasileiros gastam com suas câmaras de vereadores valores acima destes percentuais. De acordo com Amin, a maior parte dos gastos se concentra nos municípios acima de 100 mil habitantes. A pesquisa do Senado mostrou que 72% das cidades nesta faixa populacional terá que comprimir os gastos com o poder Legislativo para se adaptar à emenda.

Gastos – Apesar de aprovada por unanimidade, é grande a tendência da emenda ser modificada pela Câmara. Vários senadores protestaram contra o uso do critério demográfico para a fixação das faixas. “O ideal teria sido limitar os gastos pela arrecadação dos municípios. No Rio de Janeiro, por exemplo, cidades vizinhas e com população semelhante, como Magé e Duque de Caxias, terão câmaras de vereadores com verbas totalmente diferentes, já que a primeira cidade tem uma arrecadação muito menor do que a primeira”, disse o senador Arthur da Távola (PSDB-RJ).